

Mapeamento de publicações da área de Português como Língua Adicional nas revistas *Estudos Linguísticos* (1978-2020) e *Revista do GEL* (2002-2020)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v51i1.3185>

Matheus Granato¹

Resumo

Neste trabalho, é apresentado um mapeamento das publicações da área de Português como Língua Adicional (PLA) nas 49 edições da revista *Estudos Linguísticos* (1978-2020) e 17 edições da *Revista do GEL* (2002-2020), ambas promovidas pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL). O objetivo foi avaliar qual a presença de estudos em PLA nas publicações da associação e quais os contextos sociais e temas mais investigados. O estudo se baseou em pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, particularmente na técnica de mapeamento (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021), e em bibliografia especializada sobre a área de PLA no Brasil (BRASIL, 2021; BULLA; KUHN, 2020; ROCHA, 2019).

Palavras-chave: historiografia linguística; Português como Língua Adicional; produção científica.

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil; matheus.granato@unesp.br; <http://orcid.org/0000-0002-7210-6328>

Mapeo de las publicaciones del área de Portugués como Lengua Adicional en las revistas *Estudos Linguísticos* (1978-2020) y *Revista do GEL* (2002-2020)

Resumen

En este estudio se presenta un mapeo de las publicaciones del área de Portugués como Lengua Adicional (PLA) en las 49 ediciones de la revista *Estudos Linguísticos* (1978-2020) y 17 ediciones de la *Revista do GEL* (2002-2020), ambas publicaciones promovidas por el *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo* (GEL). Se objetivó evaluar la presencia de estudios en PLA en las publicaciones de la asociación y cuáles son los contextos sociales y temas más investigados. El estudio se basó en supuestos teóricos y procedimientos metodológicos de la Historiografía Lingüística, particularmente en la técnica de mapeo (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021), y en la bibliografía especializada sobre el área de PLA en Brasil (BRASIL, 2021; BULLA; KUHN, 2020; ROCHA, 2019).

Palabras-clave: Historiografía lingüística; Portugués como Lengua Adicional; Producción científica.

Introdução

Em 29 de janeiro de 1969, reunia-se na Universidade de São Paulo (USP) um grupo de pesquisadores linguistas com o propósito de pensar e promover a formação e a pesquisa em Linguística na região. Dessa reunião, cria-se o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, o GEL, que, juntamente à Associação Brasileira de Linguistas (ABRALIN), fundada naquele mesmo ano, são as primeiras associações científicas no campo dos estudos linguísticos no Brasil.

A principal atividade do grupo tem sido a promoção do Seminário do GEL, evento que teve sua primeira edição ainda no ano de 1969, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, e que vem sendo realizado de forma ininterrupta desde então, embora com periodicidade variável. Até o ano de 2020, foram promovidas 67 edições do evento, reunindo centenas de pesquisadores, principalmente do estado de São Paulo, mas também de outras unidades federativas do país e do exterior, sendo um dos eventos brasileiros mais tradicionais na área dos estudos linguísticos.

A partir de 1978, parte dos trabalhos apresentados no Seminário passaram a ser publicados na revista *Estudos Linguísticos*, então promovida como anais do evento e que passa por diferentes reformulações em seus critérios, procedimentos e periodicidade de publicação ao longo dos anos, adequando-se a demandas contemporâneas. Foram 49 as

edições da revista até 2020, algumas delas com dois ou três volumes, reunindo um total aproximado de 5.000 textos².

A *Revista do GEL*, por sua vez, é fundada apenas no ano de 2002 com a publicação de um número temático em homenagem ao professor Carlos Franchi (1938-2001) e se manteve como parte das atividades regulares da associação, mas com um propósito diverso ao da *Estudos Linguísticos*: a revista não está relacionada aos trabalhos apresentados no seminário e tem como exigência para submissão a titulação de doutorado por pelo menos um dos autores. Em 2020, foi publicada a 17^a edição da revista, em três volumes, que se somou a um arquivo formado por mais de 350 artigos.

O conjunto dessas publicações conforma um importante registro da trajetória dos estudos linguísticos no estado de São Paulo e no Brasil e tem servido como corpúsculo produtivo de análises no campo da historiografia linguística, tendo em vista sua historicidade e periodicidade. Nas palavras de Altman (2020, p. 45), trata-se de um

[...] respeitável material documental sobre a evolução de boa parte da pesquisa linguística brasileira e constituem [as revistas], dessa maneira, uma das fontes mais representativas dos problemas linguísticos considerados relevantes pela comunidade científica da especialidade. Inegavelmente, a história e relevância do GEL se confundem em grande parte com a história das mudanças relativas à concepção dos problemas e das formas de tratamento e ensino do objeto linguagem/línguas naturais, e com a história da institucionalização e profissionalização da linguística brasileira.

Têm sido predominantes nas publicações os estudos em análise e descrição de línguas, principalmente o português brasileiro, e analisadas majoritariamente, pelo menos a partir de meados dos anos 1990, em nível textual-discursivo (FRANÇA *et al.*, 1995; COELHO, 2020). As atividades da associação têm abrangido, no entanto, outras especialidades dos estudos de Letras e Linguística, incluindo temas em literatura, tradução, ensino e aprendizagem de línguas (maternas e adicionais), dentre outros.

Especificamente no campo do Português como Língua Adicional (PLA)³, verificamos, em consulta à programação geral (mesas-redondas, minicursos e conferências) dos eventos

2 As publicações da revista abarcam certa diversidade de gêneros de divulgação científica. Especialmente nas primeiras décadas, mais do que artigos científicos, encontram-se relatórios de grupos de trabalhos, ensaios e resumos expandidos.

3 "Língua Adicional" é empregado aqui como termo mais abrangente, abarcando os diferentes contextos sociais em que o português é ensinado, aprendido e utilizado por sujeitos que não o têm como língua de socialização inicial.

promovidos pelo GEL nos últimos cinco anos, a presença de atividades específicas sobre o PLA em quatro deles:

- a) A mesa-redonda “Línguas e (i)migração no século XXI”, realizada no 68º Seminário do GEL (2021), em que participaram Lúcia Maria Assunção Barbosa e Leandro Rodrigues Alves Diniz;
- b) O minicurso “Ensino e Aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE) e suas interfaces”, realizado na I Escola de Estudos Linguísticos do GEL (2020) e ministrado por Nildicéia Aparecida Rocha e Nelson Viana;
- c) A conferência “Ensino e formação de professor bilíngue: Língua de sinais brasileira – Português como segunda língua (LSB-PSL)”, realizada no 67º Seminário do GEL (2019) e proferida por Enilde Leite de Jesus Faulstich;
- d) A conferência “Ensino e aprendizagem de Português como língua estrangeira: contextos e especificidades”, realizada no 66º Seminário do GEL (2018) e proferida por Nelson Viana.

Observa-se, assim, um interesse da associação em pautar e promover os estudos da área em suas atividades mais recentes. Das programações consultadas, apenas no 65º Seminário do GEL (2017) não houve mesa-redonda, conferência ou minicurso que enfocasse o PLA, mas sim questões mais amplas sobre ensino e aprendizagem de línguas adicionais, como o teletandem, que o contemplam, sem contar outras atividades da programação, como painéis, comunicações orais e simpósios.

Nesse sentido, a inquietação que fundamentou o trabalho aqui apresentado é a de se analisar qual a presença de publicações da área de PLA nas revistas do GEL e quais os contextos sociais e temas de investigação mais revisitados. Para isso, foi realizado um mapeamento e análise das publicações em PLA nas revistas *Estudos Linguísticos* (EL) e *Revista do GEL* (RG), no período de sua fundação até o ano de 2020. O estudo se baseou em pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, particularmente na técnica de mapeamento (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021), e em bibliografia especializada sobre a área de PLA no Brasil (BRASIL, 2021; BULLA; KUHN, 2020; ROCHA, 2019).

Não se pretende, e nem seria possível com este estudo, abranger a pesquisa em PLA no Brasil em sua completude. Busca-se entender se, e como, os estudos em PLA têm aparecido neste espaço específico de circulação do conhecimento científico, as revistas do GEL, assumidas aqui como um espaço tradicional e representativo da área dos estudos linguísticos no país.

O português como língua adicional no Brasil

Como destaca Rocha (2019), as práticas de ensino e aprendizagem de português no Brasil são tão antigas quanto a sua história pós-invasão portuguesa no século XVI. Por processos mais formais ou menos formais, a língua tem sido ensinada e aprendida em território brasileiro desde os primeiros contatos dos europeus com as sociedades indígenas que aqui habita(va)m. Também desde o período colonial e até os dias atuais, a necessidade de aprendizagem da língua portuguesa tem sido posta aos diversos contingentes imigratórios ao país. Nesse processo, destaca-se particularmente o período do Estado Novo (1937-1945), com a campanha de nacionalização implementada por Getúlio Vargas, em que o português se torna a única língua de instrução permitida, bane-se nas escolas o ensino de outras línguas estrangeiras modernas e, a partir de 1939, proíbe-se o uso de outras línguas em território brasileiro, mesmo em ambiente familiar (MOMBACH, 2012).

Embora o português tenha sido ensinado e aprendido ao longo de todo esse período, não é até o final do século XX que se tem a institucionalização do PLA como área de ensino e pesquisa, acompanhando os processos de institucionalização da própria Linguística e Linguística Aplicada nas universidades brasileiras após a década de 1960.

Especificamente na especialidade do português para estrangeiros, como observam Bulla e Kuhn (2020), pode-se localizar entre as décadas de 1960 e 1980 as primeiras ações que possibilitaram o estabelecimento posterior da área. É nesse período em que se tem uma publicação mais regular de materiais didáticos brasileiros para o ensino de português para estrangeiros⁴, as primeiras ações extensionistas⁵ nas universidades para o ensino do idioma, também as primeiras publicações científicas na área⁶, além da realização do seminário “O ensino de português para estrangeiros no Brasil”, na UNICAMP, em 1979, considerado o primeiro evento acadêmico da área promovido no país (BRASIL, 2021).

4 Conforme mapeamento apresentado por Silveira (2021), houve a publicação de materiais didáticos anteriores a esse período, como o de Rudolf Damm, de 1901, e o de Mercedes Merchand, de 1954. É só a partir de 1973, no entanto, que se pode identificar um número maior e mais constante de publicações.

5 Como destacado no “Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do Português” (BRASIL, 2021, p. 169), “a extensão universitária pode ser considerada como elemento fundador da área de PLE/PLA nas IES brasileiras, sendo até hoje o espaço mais consolidado em termos de ensino de português para falantes de outras línguas”. Ainda segundo o documento, as primeiras universidades a ofertarem cursos de PLA foram a PUC-RS e a UFBA, em 1961.

6 Pode-se destacar a dissertação de Arai, de 1985, como primeiro trabalho de pós-graduação na área (FURTOSO, 2015), o trabalho de Baleeiro, El-Dash e Lombello, de 1983, como primeiro artigo científico (UNICAMP, 2007) e a coletânea organizada por Almeida Filho e Lombello, de 1989, como primeiro livro acadêmico específico sobre o PLA no Brasil (CUNHA, 2007).

Os trabalhos que se propuseram a analisar a implementação do PLA no Brasil coincidem na constatação dos anos de 1990 como período marcante para a área. Para Rocha (2019), a década representou um “Boom” do Português para Estrangeiros e, para Zoppi-Fontana (2009), o início de uma nova fase na gramaticalização do português brasileiro, que passaria a enunciar-se como língua transnacional.

Efetivamente, são várias as ações nesse período que marcam a área de PLA. Além da continuidade da produção de materiais didáticos, trabalhos acadêmicos e cursos de extensão em universidades brasileiras, destacam-se a fundação da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) em 1992, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, tendo o português e o espanhol como línguas oficiais, do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) em 1994, a primeira aplicação do Celpe-Bras em 1998, a implementação da Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) na Universidade de Brasília (UnB) nesse mesmo ano, além do próprio processo de redemocratização do Brasil, com o fim da ditadura civil-militar na metade da década de 1980.

A implementação e expansão da área se estende ainda pelos anos 2000 e segue até os dias atuais. Pode-se destacar como importantes marcos da área no século XXI a criação de novas licenciaturas em PLA: na UFBA em 2005, na UNILA em 2015 e na UNICAMP em 2017; a criação da área “Português para Estrangeiros” como uma das frentes de atuação do então Programa Idiomas sem Fronteiras em 2014 (hoje Rede Andifes IsF), a publicação de propostas curriculares para o ensino do português nas unidades do Itamaraty em 2020⁷, além da emergência de novos contextos sociais de ensino e aprendizagem da língua, como é o caso dos imigrantes de crise e refugiados.

As especialidades de ensino de português para surdos e indígenas têm seguido percursos particulares nesse processo, intimamente relacionados às lutas pelos direitos dessas comunidades.

No que se refere à educação de surdos, é impreterível mencionar o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1856, à época nomeado Collégio Nacional para Surdos-Mudos, e que exerce importante papel na formação de surdos brasileiros e na própria difusão da libras⁸. É só devido à militância ativa de comunidades surdas brasileiras ao longo de décadas, no entanto, que, em 2002, pela lei federal nº 10.436, o estado brasileiro reconhece a libras como idioma de comunicação dos surdos no Brasil e, em 2005, pelo decreto nº 5.626, garante e planifica o direito à educação bilíngue de

7 Cf. <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/21-1-1>. Acesso em: 17 jul. 2021.

8 Cf. <https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 17 jul. 2021.

surdos, instituindo, por exemplo, a obrigatoriedade de oferta de disciplinas de libras em cursos de ensino superior de formação de professores.

Mais recentemente, tem sido crescente o número de cursos de graduação na área de linguagens que enfocam a libras, seja para a formação de pesquisadores, professores ou intérpretes: em busca no E-MEC com a palavra-chave “Libras”⁹, foram encontrados 46 registros de cursos de graduação ativos em universidades públicas brasileiras, sendo o mais antigo deles o curso de Letras-Libras da UFSC, criado em 2006. No estado de São Paulo, o único curso identificado é o de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), da UFSCar, criado em 2014, e que, embora tenha por foco a formação de tradutores-intérpretes, inclui como disciplinas obrigatórias “Aquisição e desenvolvimento da linguagem: libras”, “Aquisição e desenvolvimento da linguagem: língua portuguesa” e “Português como segunda língua para surdos”.

Cabe destacar também como política linguística recente a publicação em 2021 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) da “Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos”¹⁰.

No caso das comunidades indígenas brasileiras, um marco importante na garantia e promoção de seus direitos, incluídos os direitos linguísticos, foi a promulgação da Constituição de 1988, que, em seu capítulo VIII, “Dos índios”, reconhece o direito a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, abrindo espaço à promoção da educação intercultural indígena.

Também nos últimos anos, a formação de professores para educação indígena tem sido preocupação mais presente do estado, marcada pela abertura de cursos de graduação específicos. Em consulta ao E-MEC, foram encontrados sete cursos de graduação destinados à formação de professores indígenas, em universidades de MG, GO, AM e AC, sendo o primeiro deles criado em 2006 na UFG. Além disso, tem sido prática em outras instituições, como a UFSCar e a UNICAMP em SP, a reserva de vagas e realização de vestibulares indígenas, garantindo maior acesso desses sujeitos ao ensino superior, inclusive em cursos de formação de professores de português.

Tem se mostrado como estratégia importante também a política linguística gestada em nível municipal, como ressaltava Rodrigues (2019). Em 2002, o município amazonense de São Gabriel da Cachoeira reconheceu como línguas cooficiais o nheengatu, o baniwa e

9 Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 17 jul. 2021.

10 Cf. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-proposta-de-curriculo-para-o-ensino-de-portugues-escrito-como-segunda-lingua-para-estudantes-surdos>. Acesso em: 17 jul. 2021.

o tukano, garantindo, na lei, igual *status* ao da língua portuguesa. Até meados de 2021, outros 37 municípios brasileiros aprovaram normativas similares, que cooficializam em nível municipal línguas indígenas ou de imigração histórica¹¹. Embora essa instituição de cooficialidade nem sempre se concretize em ações efetivas para a promoção desses idiomas ou dos direitos de seus falantes, é gesto significativo para o reconhecimento de espaços em que o português circula como língua adicional, colocando em xeque o mito do Brasil como país monolíngue.

Um diagnóstico amplo das pesquisas em PLA foi realizado por Furtoso (2015), que analisou os trabalhos de pós-graduação na área disponíveis no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES. A pesquisadora identificou um número crescente de publicações: 7 trabalhos no período de 1985 a 1990, 28 de 1991 a 2000, 92 de 2001 a 2010 e 49 trabalhos de 2011 a 2014. Entre os temas mais pesquisados, destacaram-se os estudos sobre materiais didáticos e aspectos da (sala de) aula, sendo particularmente mais comuns estes temas nas décadas de 1980 e 1990, o que, na interpretação da autora, corresponde ao movimento inicial da área, que surge a partir da prática e da reflexão sobre a prática em projetos de extensão universitária. Já nos últimos anos englobados no mapeamento, observou-se a emergência de novos campos de investigação, particularmente aqueles relativos ao Celpe-Bras e práticas de avaliação, à formação de professores e às políticas linguísticas. Foram identificados poucos trabalhos com foco nas comunidades surdas e indígenas, o que, segundo Furtoso (2015, p. 172), pode ser devido a limitações das estratégias de mapeamento utilizadas.

Como se buscou discutir introdutoriamente nesta seção, o PLA, como campo de ensino e pesquisa no Brasil, tem se institucionalizado em um intenso processo, intimamente relacionado ao próprio desenvolvimento sócio-político do país e à institucionalização das áreas de Linguística e Linguística Aplicada nas universidades brasileiras, sendo muitos ainda os desafios por se vencer. Ao mapear as publicações em PLA nas revistas mantidas pelo GEL, espera-se compreender como a associação, enquanto grupo de especialidade (ALTMAN, 2020), tem contribuído para a discussão, o fomento e a institucionalização da área, em seus múltiplos contextos, no Brasil.

O levantamento de dados

Como se tem discutido amplamente (Cf. COELHO, 2020), o fazer historiográfico é, antes que nada, um fazer interpretativo, orientado por ferramentas e instrumentos reconhecidos de seleção, classificação e análise de dados, que lhe garantem confiabilidade e validade,

11 Conforme levantamento do IPOL, são 9 municípios, nos estados de AM, PA, RR, TO e MS, que têm cooficializadas (ou em cooficialização) línguas indígenas brasileiras e 29 municípios, em SC, RS e ES, que têm cooficializadas línguas de imigração histórica. Cf. <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

mas que tem por resultado uma representação possível do objeto investigado, em diversos aspectos influenciada pelo olhar e pelas escolhas do pesquisador, nunca um resultado absoluto ou inquestionável.

A partir de Coelho, Nóbrega e Alves (2021, p. 15), nos orientamos metodologicamente pela técnica de mapeamento, entendida como

[...] uma espécie de descrição inicial da documentação de pesquisa, que procura trazer à tona suas características mais básicas enquanto 'reflexo (ou depósito) material' (nas palavras de SWIGGERS, 2013, p. 42) do conhecimento linguístico produzido em determinadas circunstâncias ao longo do tempo.

O levantamento de fontes nas revistas EL e RG foi realizado no período de março a maio de 2021. Devido à multiplicidade de nomenclaturas da área¹² e de questões relativas à indexação das edições da revista EL¹³, optou-se por realizar uma análise individual das publicações que conformam o acervo das revistas, para seleção daquelas que seriam incluídas no mapeamento. Essa seleção se pautou, em ordem, conforme necessário para destacar trabalhos que tratavam do PLA: i) no título do trabalho, ii) nas palavras-chave (quando havia), iii) no resumo, iv) na introdução e metodologia do texto.

Esses procedimentos apresentam, evidentemente, limitações e risco de exclusões indevidas, embora se tenham empreendido esforços de observação atenta e revisões para evitá-lo. A consulta individual aos trabalhos, no entanto, teve por vantagem a possibilidade de identificar trabalhos que versam sobre algum aspecto pertinente ao PLA, embora não explicitem qualquer filiação à área nas palavras-chave ou no título, e que poderiam não ser identificados por outros recursos de busca.

Os critérios para inclusão de trabalhos no mapeamento foram três:

12 Além do termo PLA, que marca um posicionamento epistemológico/político específico, a área tem sido referida, a partir de outros contextos e lugares teóricos, como Português para Estrangeiros, Português como Língua Estrangeira (PLE), Português como Segunda Língua (PL2), Português como Língua não Materna (PLNM), Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), Português como Língua de Herança (PLH), Português como Língua de Acolhimento (PLAc), Português como Língua de Fronteira, Português como Língua Intercultural, dentre outros.

13 Até meados da década de 1990, as publicações não traziam palavras-chave para busca, estando indexadas apenas pelo título e nome do autor. Ainda outras edições, particularmente as de 2000 a 2002, não estão indexadas no buscador principal da revista, apenas disponibilizadas para consulta *on-line* ou *download*.

- a) Ano de publicação: foram incluídos apenas os textos publicados até dezembro de 2020.
- b) Contexto da pesquisa: foram incluídos apenas os textos que versavam sobre temas relativos a contextos sociais¹⁴ em que o português fosse, explicitamente no trabalho, uma língua adicional¹⁵.
- c) Foco da pesquisa: foram incluídos apenas os textos cujo objetivo estivesse relacionado diretamente ao ensino, à aprendizagem, ao uso e à avaliação do PLA, ou temas correlatos, como formação de professores de PLA, análise e elaboração de materiais didáticos, políticas linguísticas na área etc.¹⁶.

Os trabalhos mapeados foram classificados a partir de parâmetros externos (autor(es), instituição do(s) autor(es), revista e ano de publicação) e internos (título do texto, contexto social investigado e tema do trabalho).

Para a classificação dos contextos sociais, tomou-se como base aqueles que têm sido os principais campos reconhecidos de atuação na área de PLA (Cf. BULLA; KUHN, 2020), mas foram feitas adequações para que se pudesse melhor representar as especificidades do corpus investigado. As categorias de classificação adotadas foram: comunidades de imigração histórica; comunidades de imigrantes de crise; surdos; indígenas; fronteira; CPLP; estrangeiros; estrangeiros universitários; professores em formação; teletandem; contexto não específico.

Também para a classificação dos temas, partiu-se das categorias estabelecidas por Furtoso (2015), mas foram feitas adequações para melhor representação do corpus. As categorias de classificação adotadas para este critério foram: abordagens e práticas de ensino; Celpe-Bras; crenças e atitudes linguísticas; descrição e análise linguística; formação de professores; material didático; políticas linguísticas.

14 Por "contexto social" referimo-nos ao conjunto de características regionais, culturais, linguísticas e identitárias dos sujeitos investigados.

15 Com base neste critério, excluíram-se alguns trabalhos que analisavam, por exemplo, o uso do português por comunidades indígenas, de imigração histórica bilíngues, da CPLP, ou outro, mas que não explicitavam, em qualquer momento do texto, se o português era língua materna ou adicional desses sujeitos.

16 Por este critério, excluíram-se alguns estudos sobre contextos em que se tem o PLA, tal como o teletandem, mas cujo foco da pesquisa não estava relacionado a qualquer especificidade do PLA, mas a outro tema, como a aprendizagem do inglês por brasileiros, por exemplo.

O PLA nas publicações do GEL

Dos mais de 5.000 textos que conformam o arquivo das duas revistas, foram identificadas 59 publicações na área de PLA (pouco mais de 1% do total), sendo 50 delas na EL e 9 na RG.

A distribuição de publicações por ano e revista pode ser conferida no gráfico a seguir. A lista completa de trabalhos está disponível no Apêndice.

Gráfico 1. Publicações em PLA na EL e RG por ano



Fonte: Elaboração própria

No caso da EL, a primeira publicação em PLA data de 1984 e tem se mantido de forma constante, mas com presença significativamente baixa, até aproximadamente 2005, quando passa a ter frequência mais constante, e aumenta substancialmente após 2010. O pico de publicações foi em 2013, com um total de 5 artigos.

Já na RG, a primeira publicação mapeada é de 2011, quase dez anos após a fundação da revista. Os estudos em PLA têm aparecido também de forma esporádica desde então, sendo em 2018 o pico de publicações, o que se justifica, no caso, pela organização do número temático "Telecolaboração transcultural e transcontinental para aprendizagem de línguas estrangeiras: propostas e desafios", que favorece particularmente a presença de trabalhos em PLA.

Analisando conjuntamente as duas revistas, o pico de publicações na área foi em 2020, com 6 trabalhos.

Considerando, no entanto, que a variação de trabalhos por ano pode ser influenciada por fatores como a proposição de um número temático ou, no caso da EL, a própria programação do evento, optou-se por uma análise desse mapeamento a partir de uma divisão em quatro períodos, mais ou menos correspondentes a cada década: de 1978 a 1990, de 1991 a 2000, de 2001 a 2010 e de 2011 a 2020.

Tabela 1. Publicações em PLA e total na EL e na RG por década

Período	EL		RG	
	Textos em PLA	Total de textos ¹⁷	Textos em PLA	Total de Textos
1978 – 1990	4	779	-	-
1991 – 2000	10	1449	-	-
2001 – 2010	11	1817	0	124
2011 – 2020	25	1004	9	231

Fonte: Elaboração própria

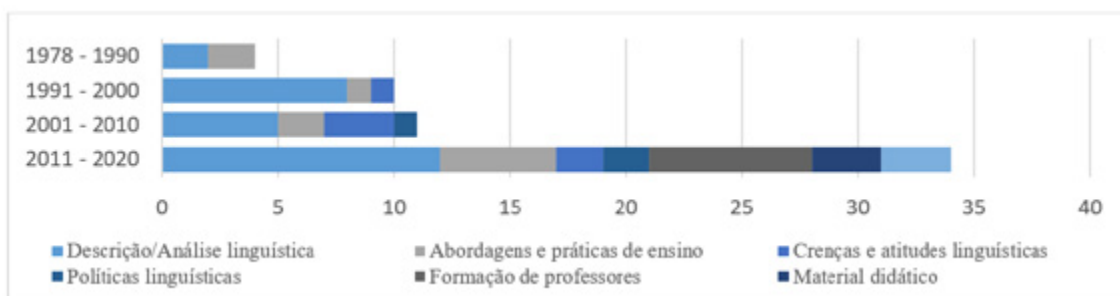
Como a tabela deixa entrever, há, em termos absolutos, um aumento progressivo de publicações ao longo dos quatro períodos analisados, acompanhando a institucionalização da área no Brasil e a tendência observada por Furtoso (2015). Em termos proporcionais, no entanto, tem-se uma quantidade bastante próxima nos três primeiros períodos (~0,6% do total de trabalhos), com alguma oscilação, e apenas na última década há um aumento mais significativo de estudos em PLA (~2,75%).

Quanto às instituições de origem do(s) autor(es), observou-se uma maior participação de universidades paulistas: USP (15 publicações), UNICAMP (08), UFSCar (4) e UNESP-Assis (4), mas foram identificadas publicações de outras 22 instituições brasileiras e estrangeiras: SEMED-Concórdia, Unioeste, UNILA, UnB, UFTM, UFSJ, UFS, UFSC, UFMG, Unimonte, UESB, UEPG, UEL, UEFS, PUC-Campinas, Faccar, University of Arkansas, Université Lille 3, Universidade de Lisboa, Georgetown University, Columbia University, Hankuk University of Foreign Studies, além de um trabalho sem indicação de vinculação acadêmica.

No que se refere aos temas investigados, nota-se um predomínio de estudos em análise e descrição linguística e em abordagens e práticas de ensino, como representado no Gráfico 2, a seguir.

17 Os números são aproximativos. Principalmente entre os anos de 1990 e 2000, há edições da EL não indexadas devidamente na plataforma ou que apresentam os trabalhos por autor, não por título, de modo que há algumas duplicações ou triplicações em casos de trabalhos com coautoria, o que dificulta a contagem manual dos trabalhos.

Gráfico 2. Publicações em PLA na EL e RG por ano



Fonte: Elaboração própria

Esses dados corroboram as constatações de Furtoso (2015), havendo um predomínio de estudos que enfocam a produção linguística em PLA e reflexões sobre as práticas pedagógicas, sobretudo nas primeiras décadas observadas, marcando um momento inicial de construção do PLA como campo de investigação e pesquisa.

Entre os estudos em análise e descrição linguística, encontram-se trabalhos inscritos em diferentes perspectivas teóricas, sendo mais comuns aqueles que alinham a análise de dados a teorias de aquisição e aprendizagem de línguas. É o caso, por exemplo, de Fonseca (1984), primeiro trabalho mapeado, que investiga a influência da fonologia do japonês na pronúncia do /r/ e do /l/ por sujeitos bilíngues de comunidades de imigração histórica japonesas no Brasil.

Já entre os estudos sobre abordagens e práticas de ensino, diferenciados neste mapeamento dos trabalhos que se ocupam da análise de materiais didáticos, predominam estudos narrativos que registram experiências de ensino de PLA em diferentes contextos e que refletem sobre os limites e potencialidades das abordagens adotadas. Destacam-se, dentre esses, os estudos de Celia, Gehring e Falcão (1986) e de Celia (1987), que analisam a experiência de oferta dos primeiros cursos de PLA na UFRGS, assim como o trabalho de Barbosa (1996), que analisa a primeira oferta de curso de PLA na UFSCar.

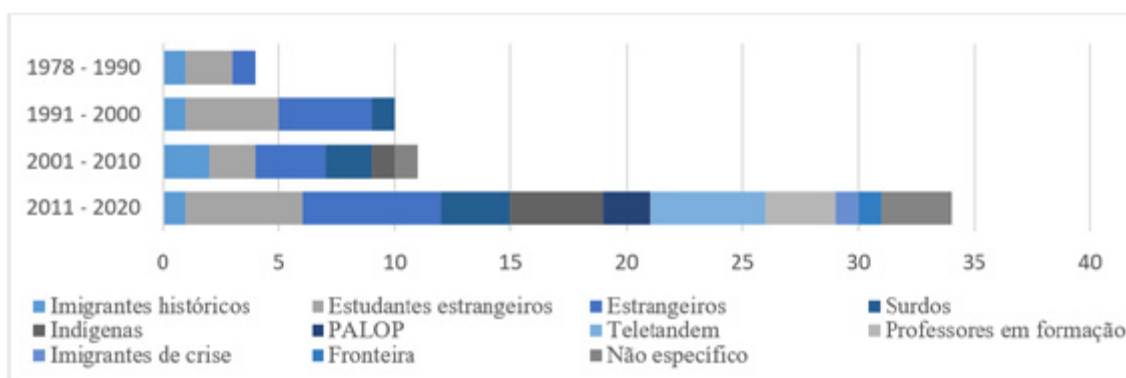
Nos três casos, as experiências narradas registram o caráter extensionista e prático de introdução do PLA nas universidades brasileiras, com cursos ofertados em caráter emergencial, a pedido da administração das universidades, para que se pudesse atender a estudantes estrangeiros intercambistas, tendo por professoras docentes que se dedicavam ao ensino de outras disciplinas e línguas adicionais e que, a partir dessa primeira experiência, se propõem a refletir e construir a área de PLA em suas instituições.

Outros temas, como a formação de professores, o Celpe-Bras, a análise de materiais didáticos e as políticas linguísticas, aparecem só mais recentemente, representando uma

maior diversidade de temas investigados na área na última década, sem substituir os temas até então pesquisados, mas somando-se a eles.

Já quanto aos contextos sociais investigados, nota-se um interesse de pesquisa predominante pelo PLA para estrangeiros, sejam estes abordados no estudo de maneira ampla ou na especificidade de estrangeiros universitários (que aprendem o idioma no Brasil, durante período de intercâmbio acadêmico, ou no exterior).

Gráfico 3. Publicações em PLA na EL e RG por ano



Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos contextos brasileiros (comunidades de imigração histórica, indígenas, surdos e fronteira), vemos um número relativamente baixo de trabalhos (apenas 17 do total de 59) e que apareceram mais regularmente apenas nas últimas duas décadas. Também entre esses estudos predominam as investigações em análise e descrição do português falado por essas comunidades, ou que tem por foco crenças e atitudes linguísticas, investigando a relação entre o português e as demais línguas faladas por essas comunidades na percepção subjetiva dos falantes. Há também estudos sobre abordagens e práticas pedagógicas, ou políticas linguísticas, mas em menor proporção.

A maior preocupação com os aprendentes estrangeiros representada nos dados corrobora a construção da área de PLA no Brasil como desdobramento, antes, de esforços de internacionalização das universidades e de expansão do mercado laboral para estrangeiros no país, do que como política de reconhecimento das próprias comunidades brasileiras para quem o português não é língua de socialização inicial.

Assim como os temas, os contextos sociais investigados apresentam uma maior diversificação na última década analisada, incluindo o estudo de comunidades emergentes, como os imigrantes de crise e cidadãos da CPLP (no corpus analisado, especificamente Cabo Verde e Timor Leste), mas ainda em baixo número.

Os estudos indicados como contexto de investigação não específico são predominantemente aqueles que analisam a própria área de PLA, no campo das políticas linguísticas, ou o Celpe-Bras.

Considerações finais

Foi objetivo deste estudo investigar se, e como, as pesquisas em PLA têm circulado nas revistas do GEL, entendidas como espaço privilegiado e representativo da história dos estudos linguísticos em SP e no Brasil, devido à íntima relação da associação ao processo de construção e implementação da área no país. Ao analisar as publicações nas revistas e mapear aquelas cujos contextos sociais e temas de investigação diziam respeito ao PLA, observou-se que as publicações na área estão presentes nos periódicos mantidos pelo GEL desde a década de 1980 e se mantêm de maneira esporádica até meados dos anos 2000. A partir de então, e mais expressivamente após 2010, essas publicações aparecem de forma mais constante e em maior número (absoluto ou proporcional ao total de publicações).

Observou-se um predomínio de estudos com foco em aspectos de análise e descrição linguística e contextos de aprendentes estrangeiros, principalmente nas primeiras décadas. A partir de 2011, tem-se uma maior diversificação de temas e contextos investigados, incluindo temas emergentes, mas ainda com pouca presença.

Os contextos brasileiros de PLA, como as comunidades surdas, indígenas, de imigração histórica ou fronteira, estão presentes, embora com pouca representatividade (menos de 30% do total de estudos mapeados). Nesse sentido, a presença e a evolução histórica dos temas e contextos investigados no cópuz corroboram a interpretação de que os estudos de PLA, no Brasil, surgem e se institucionalizam a partir de uma demanda, principalmente, universitária e laboral, de recepção e formação linguística em PLA de estrangeiros, não das demandas internas da realidade multilíngue brasileira, que passa a ser mais representada nesses estudos só mais recentemente.

Destaca-se, no cópuz analisado, um número ainda baixo de investigações sobre os contextos de imigração de crise, de fronteira, de políticas linguísticas, do Celpe-Bras e da análise de materiais didáticos. Particularmente entre os contextos indígenas e surdos, faltam trabalhos que se ocupem também das práticas de educação linguística.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M. A. Relato de uma experiência com o ensino de português para estrangeiros. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 25, p. 279-281, 1996. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1308581051_47.barbosa_lucia.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

ALTMAN, C. Formação de grupos em ciências da linguagem: o caso do GEL. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 36-47, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2812/1673>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério de Relações exteriores. *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do Português*. Brasília: FUNAG, 2021.

BULLA, G. da S.; KUHN, T. Z. Português como língua adicional no Brasil – perfis e contextos implicados. *ReVEL na Escola*, Porto Alegre, v. 18, n. 35, p. 1-28, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/d0e7e22f8c5191e1009a4ca3dc37df2e.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CELIA, M. H. C.; GEHRING, S.; FALCÃO, V. L. S. B. Português para estrangeiros: teoria e prática no planejamento de um curso. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 13, p. 95-104, 1986. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1305563787_11.celia_maria_et al.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

CELIA, M. H. C. O processo de implementar um curso de Português para Estrangeiros. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 15, p. 100-116, 1987. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1305640182_11.celia_maria2.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

COELHO, O. F. 50 anos do GEL: caminhos da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 22-35, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2508>. Acesso em: 10 ago. 2021.

COELHO, O. F.; NÓBREGA, R.; ALVES, B. F. A técnica de mapeamento de produção linguística: exemplificação em um estudo de caso. In: COELHO, O. (org.). *Fontes para a historiografia linguística: caminhos para a pesquisa documental*. Campinas: Pontes, 2021. p. 13-28.

CUNHA, M. J. C. Pesquisa analítica de bibliografia da área de português-língua estrangeira. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P. de; CUNHA, M. J. C. *Projetos iniciais em Português para Falantes de Outras Línguas*. Campinas: Pontes; Brasília: EdUnB, 2007. p. 101-127.

FRANÇA, Â. M. R. *et al.* Mapeamento historiográfico da produção linguística nos 25 anos do GEL. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 18, p. 50-57, 1995. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1308258497_70.franca_et al.pdf?/arquivo/anais/1308258497_70.franca_et al.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

FONSECA, O. Um caso de interferência linguística: nisseis que trocam /l/ por /r/ (brando). *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 9, p. 216-219, 1984. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1305053836_36.fonseca_onosor.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

FURTOSO, V. B. Onde estamos? Para onde vamos?: a pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas nas universidades brasileiras. In: LUCAS, P. de O.; RODRIGUES, R. F. L. (org.). *Temas e rumos nas pesquisas em Linguística (Aplicada)*. vol. 1. Questões empíricas, éticas e práticas. Campinas: Pontes, 2015. p. 153-196.

MOMBACH, C. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. *Literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n. 10, p. 31-44, 2012. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie10/RevLitAut_art03.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROCHA, N. A. O ensino de Português língua estrangeira no Brasil: ontem e hoje. *Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau, v. 13, n. 1, p. 101-114, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/8401>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RODRIGUES, F. C. La cooficialización de lenguas en municipios de Brasil: el caso de São Gabriel da Cachoeira y los efectos de lo jurídico sobre las subjetividades. *Chuy – Revista de estudios literarios latino-americanos*, Buenos Aires, v. 6, n. 6, p. 107-132, jul. 2019. Disponível em: <http://revistas.untref.edu.ar/index.php/chuy/article/view/309>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVEIRA, T. L. dos S. *Português como Língua Adicional e Saúde: análise de materiais didáticos*. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

UNICAMP. Português para estrangeiros, 2002. Teses, livros e artigo. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~matilde/pesqbiblio.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ZOPPI-FONTANA, M. G. O Português do Brasil como Língua Transnacional. In: ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). *O Português do Brasil como Língua Transnacional*. Campinas: RG-Editora, 2009. p. 13-42.

APÊNDICE

Mapeamento de publicações da área PLA nas revistas do GEL

a) Revista *Estudos Linguísticos*

Autoria	Ano	Título
Onor Fonseca	1984	Um caso de interferência linguística: nisseis que trocam /l/ por /r/ (brando)
Maria Helena Curcio Celia, Sônia Gehring e Vânia L. S. de Barros Falcão	1986	Português para estrangeiros: teoria e prática no planejamento de um curso
Maria Helena Curcio Celia	1987	O processo de implementar um curso de Português para Estrangeiros
Helena Confortin e Isabel Gretel M. Eres Fernandez	1989	As variantes comportamentais em falantes bilíngües.
Ana Clotilde Thomé	1991	A interferência do francês no português oral nos níveis lexical morfológico e sintático
Marina Macrae	1992	Bilingualism and code switching
Ester Mirian Scarpa e Ximena Salas Muñoz	1992	Code-switching e discurso relatado. Um estudo da aquisição bilíngüe espanhol-português
Denise de Aragão Costa Martins	1994	A simplificação comunicativa nas interações com estrangeiros em cursos de Português
Lucia M. de A. Barbosa	1996	Relato de experiência com o ensino de Português para Estrangeiros
Myriam Jeannette Serey Leiva	1996	Falsos cognatos em português e espanhol
Keum Joa Choi	1998	O português falado por coreanos residentes em São Paulo: evidências de transferências/interferências da língua materna na aquisição de segunda língua
Sebastião Carlos Leite Gonçalves	1998	A transferência de linguagem na aquisição do português como segunda língua
Gildete Rocha Xavier	2000	Aquisição do Português Brasileiro por um falante chinês
Maria Christina de Mello Midena	2000	O surdo e a linguagem escrita na clínica fonoaudiológica
Luciana Romano Morilas	2003	Português para adolescentes coreanos: uma experiência no ensino de português como LE
Alessandra Dutra	2004	As vibrantes na fala de americanos aprendizes do Português

Alessandra Dutra, Cláudia Sordi-Ichikawa	2005	Análise das vibrantes e líquidas laterais da língua portuguesa na fala de uma informante nativa do japonês
Ivani Rodrigues Silva, Eunice R. S. Camilo, Fatima Aparecida G Mendes e Juliane A. M. Corradi	2005	Teatro com surdos: facilitador da leitura e da escrita
Lílian Abram dos Santos	2006	Interferências da fonologia Wajãpi (TG) na aquisição da ortografia da Língua Portuguesa
Junko Ota e Luiz Maximiliano Santin Gardenal	2006	As línguas japonesa e portuguesa em duas comunidades nipo-brasileiras: a relação entre os domínios e as gerações
Valdete de Lima Ank Morais	2007	Projeções imaginárias na enunciação de imigrantes hispano-americanos em relação ao português-brasileiro, como língua estrangeira
Sônia Maria Sechandt- Brochado	2007	Um olhar sobre os textos de crianças surdas sinalizadoras
Mônica Graciela Zoppi- Fontana e Leandro Rodrigues Alves Diniz	2008	Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE)
Noemia Fumi Sakaguchi	2009	Escrita espontânea na alfabetização em português de crianças coreanas: contribuições do letramento digital.
Letícia Fraga	2009	Os "holandeses" de Carambeí e suas línguas: um estudo sobre atitudes lingüísticas.
Liliane Santos	2011	Ensino de português para estrangeiros e gramática comunicativa: dos enunciados gramaticalmente corretos aos enunciados idiomáticamente adequados.
Érica Lima	2011	Advanced Portuguese: como e o quê ensinar em cursos avançados de PLE no mundo da internet?
Juliana Chaves Souza e Rosane de Sá Amado	2011	Português como segunda língua entre os índios Timbira: elementos dificultadores na aquisição verbal
Karin Adriane Henschel Pobbe Ramos	2012	O ensino de Português Língua Estrangeira no contexto virtual do Teletandem: aspectos linguístico-discursivos
Rosana Passos e Thaís Cristófaró Silva	2012	Vozeamento de obstruintes: um estudo com surdos e ouvintes
Neide Tomiko Takahashi	2013	O emprego de pronomes pessoais no ensino de português do Brasil para estrangeiros
Pamela Andrade	2013	Atos de fala e cultura no livro didático de português como língua estrangeira

Karin Adriane Henschel Pobbe Ramos	2013	Implicações socioculturais do processo de ensino de português para falantes de outras línguas no contexto virtual do Teletandem
Miley Antonia Almeida Guimarães	2013	Ausência de assimilação de vozeamento no português como L2 por anglófonos – uma análise via Teoria da Otimidade
Gustavo Massami Nomura	2013	A influência da escrita na pronúncia do português falado por japoneses
Neide Tomiko Takahashi	2014	Textos literários no ensino de português para falantes de outras línguas em contexto universitário.
Rosa Yokota	2014	Brasileiro falando espanhol e argentino falando português: uma análise do objeto direto anafórico na produção não nativa.
Rosane de Sá Amado	2014	Notas sobre a flexão nominal do português adquirido por falantes indígenas
Carlos Maroto Guerola	2015	A disciplinarização letrada das línguas indígenas no Sul do Brasil: uma abordagem discursiva
Lucinéa da Silva Santana	2015	Aquisição da língua escrita pelo surdo: um processo a ser questionado
Maria Gabriela S. Pileggi	2017	Integração de habilidades: perspectiva histórico-teórica e operacionalização no exame Celpe-Bras
Juliana Bertucci Barbosa e Deolinda de Jesus Freire	2017	Formação de professores e ensino de Português como Língua Adicional
Elisangela Wilchak Queiroz	2018	Proficiência e atitudes linguísticas de estudantes Kaingang de ensino fundamental e médio da terra indígena de Faxinal (Cândido de Abreu/PR): diagnóstico inicial
Monica Panigassi Vicentini	2019	As tarefas de compreensão oral para produção escrita no Celpe-Bras: construto e operacionalização
Gabriele Franco	2019	A interculturalidade no ensino de PLE: metodologias ativas e políticas linguísticas
Edenize Ponzo Peres e Maria do Socorro Vieira Coelho	2019	A realização variável da segunda pessoa por bilíngues em vêneto e português em uma comunidade rural do Espírito Santo
Ana Letícia Carneiro de Oliveira	2020	Ensino de português para refugiadas e refugiados: pode entrar?
José André Teodoro- Torres	2020	Percepções sobre o <i>code-switching</i> : espanhol e português na cidade de São Paulo
Juliana Bertucci Barbosa e Deolinda de Jesus Freire	2020	A diversidade linguística no ensino de português como língua adicional e língua estrangeira

Telma Rosa Andrade e Heloísa Maria Moreira Salles	2020	Pronomes pessoais na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2) escrito
---	------	--

b) *Revista do GEL*

Autoria	Ano	Título
Ana Paula Huback	2011	A aquisição de ser e estar no ensino de português como língua estrangeira
Laura Ferreira	2014	O leitorado brasileiro na Tailândia: uma contribuição para o debate a respeito do papel do professor-leitor
Isis Ribeiro Berger	2015	Experiências e ações de política linguística no âmbito do observatório da educação na fronteira
Joice Eloi Guimarães e Cleusa Todescatto	2017	Produção de texto na escola: uma experiência de formação com professores timorenses
Gabriela Rossatto Franco	2018	Episódios relacionados à língua em interações de teletandem: implicações para a formação de professores de PLE
Edvan P. Brito	2018	The variation of obligatory preposition-article contractions in the interlanguage of adult learners of Portuguese
Rozana Aparecida Lopes Messias e Michael J. Ferreira	2018	Desenvolvimento da competência comunicativa oral em PLE: teletandem em foco
Laura Camila Braz de Almeida	2020	Efeito retroativo do Celpe-Bras no processo de ensino/aprendizagem do português: um estudo qualitativo
Pinto Jorge	2020	O ensino de línguas baseado em tarefas no ensino/aprendizagem da escrita em português língua segunda – propostas didáticas